



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 87-
www.emtese.ufsc.br

A Construção Social de Territórios e a Globalização¹

Murilo Flores²

1. Construção da identidade e de território

Diversos processos de construção de territórios vêm se desenvolvendo principalmente na Europa, através de um amplo entendimento entre setores da sociedade civil e políticas públicas dos Estados-membros individualmente e da União Européia como um todo, havendo também o surgimento de elementos significativos no Brasil³. Essas ações políticas têm um importante componente de valorização da cultura local e no saber-fazer das comunidades, muitas vezes expresso em seus produtos colocados nos mercados. As relações de troca no mercado, de produtos que apresentam expressões culturais determinadas e características específicas de tipicidade, se abrem como uma perspectiva interessante para as comunidades de diferentes regiões. Por outro lado, a interação de atividades econômicas em diversos territórios empobrecidos tem permitido criar uma nova dinâmica de desenvolvimento.

¹ O autor agradece aos comentários da Prof. Ilse Scherer-Warren, do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC.

² Pesquisador da Embrapa, e estudante do Curso de Doutorado em Sociologia Política da UFSC.

³ Algumas organizações já estabeleceram políticas específicas para o desenvolvimento territorial, como é o caso do Sebrae, que iniciou os trabalhos em espaços urbanos/industriais mas começa a trabalhar em espaços rurais. Outras organizações do Estado também estão priorizando a atuação nesse campo, como é o caso do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que criou no ano de 2003 uma Secretaria de Desenvolvimento Territorial, voltada para os a construção de territórios em espaços rurais, do Ministério Extraordinário de

Para entender melhor a questão das diferenças culturais que podem determinar os espaços possíveis de serem ocupados no mercado por essas expressões culturais, torna-se necessário, de imediato, a compreensão dos conceitos de identidade e de diferença cultural. O próprio conceito de território se refere a uma identidade coletiva. Segundo Teófilo (2002),

“o território tende a ser uma micro-região com claros sinais de identidade coletiva, compreendendo um número de municípios que mantenha uma ampla convergência em termos de expectativas de desenvolvimento, articulado com novos mercados, e que promova uma forte integração econômica e social, ao nível local”.

Um ponto importante da abordagem territorial é a integração de diversas atividades, e a sua coordenação no seu conjunto. Esta noção se contrapõe aos enfoques setoriais ou corporativistas que separam o urbano do rural e o agrícola do industrial (SABOURIN, 2002). Para este autor,

“o enfoque territorial considera sobretudo a valorização coletiva e negociada das potencialidades das localidades, das coletividades ou das regiões, chamadas de atributos locais ou de ativos específicos”.

De acordo com TONNEAU (2002), enfrentar o desafio da construção de territórios, considerando a diversidade observada de realidades, exige estratégias que sejam coerentes com o estágio desenvolvimento de cada região. Para que os efeitos de uma ação de desenvolvimento com essas características possam ser adequados, devem estar inseridos na realidade local e numa política contínua. Afirma que

“a ação coletiva, as organizações necessárias para realizá-las devem ser encorajadas. A ambição é tornar mais densas as relações sociais e, portanto, as capacidades de formalização e de expressão dos projetos, e as capacidades de manejo dos recursos pela população. É a partir dessas organizações que pode ser organizado um verdadeiro debate democrático, um confronto positivo e responsável”.

Flores, Moreno e Sampaio (2003) afirmam que

“...a partir da questão territorial, pode-se definir que este espaço geográfico, caracterizado por uma definida identidade cultural e por laços de proximidade e de interdependência, é um significativo espaço de mercado para os sistemas produtivos locais rurais, mas pode ser também um componente aglutinador de qualidade e vantagens para a competitividade dos produtos e serviços, visando outros mercados, e de desenvolvimento de novas habilidades e capacidades dos recursos humanos, relacionados com novas formas de aproveitamento dos recursos disponíveis. Mais além da visão econômica sobre os territórios, estes significam a identidade cultural expressa com limites geográficos, que permitem a sua valorização e fortalecem o sentido de pertencimento”.

De acordo com Silva (2000), a identidade e a diferença são resultado de produção simbólica e discursiva. Ambas são relações sociais. Para o autor, a afirmação da identidade está envolta nas relações de poder e traduz o desejo (bem como a diferença) dos grupos sociais envolvidos e situados nos lados opostos dos limites da diferença e identidade, em ter “acesso privilegiado aos bens sociais”. Trata-se de uma relação de poder porque definir uma identidade e a diferença, significa necessariamente executar um processo de inclusão e de exclusão de grupos e atores. Portanto, definir territórios também é um processo estabelecido através de relações de poder. Para que possa ser uma estratégia que se estabelece no marco de um processo de construção de projetos civilizatórios democráticos (que será visto mais à frente), com compromissos com a multiculturalidade, a negociação em torno de sua construção precisa ocorrer no centro dos debates da sociedade civil. E precisa estar envolvido com os compromissos de movimentos sociais baseados na luta pelo apoio à diversidade.

O conceito de identidade passa a ser determinante no processo de construção de territórios. Cucho (2001) observa que a compreensão subjetivista de identidade indica que a identidade de um grupo é um modo de categorização de forma a organizarem suas trocas. Em realidade, afirma, a diferença identitária não é consequência direta da diferença cultural, mas das interações desses grupos e dos procedimentos que esses grupos se utilizam para apresentar as diferenciações. Isto significa que as identidades podem ser constantemente construídas, na medida em que os próprios membros dos

grupos é que atribuem uma significação à pertença cultural, em função da situação relacional em que se encontram.

Portanto, de acordo com Cucho e o pensamento subjetivista, a fronteira que os grupos se determinam é a primeira ação no sentido da diferenciação. Ela é construída pelos grupos, como fronteira social simbólica, podendo ter ou não contrapartida territorial. Na construção dos territórios, essa fronteira ganha exatamente os limites geográficos, compatíveis com essa identidade cultural, determinada pelos grupos. Essa identidade está fortemente ligada aos aspectos culturais expressos nos saberes-fazer locais e que colocam esse território em comunicação com outros indivíduos e grupos.

O território passa a representar os limites físicos compreendidos por uma determinada identidade, cujas fronteiras foram construídas socialmente. Por isso mesmo, a formação dos territórios é um processo de construção, identificada com os limites construídos pelas coletividades envolvidas, onde a identidade é uma manifestação relacional. A partir da forma de relação entre os grupos ou comunidades, é que se pode compreender o fenômeno identitário. No caso dos territórios, se agrega à identidade construída, o componente espaço geográfico.

Essa compreensão da identidade como um processo de construção se opõe às correntes chamadas objetivistas ou culturalistas, que se baseiam em critérios determinantes como a hereditariedade, a língua, a cultura ou a religião. A diferença entre ambas está fundamentalmente no fato de que na visão culturalista se desconsidera o legado biológico (Cucho, 2001). No entanto, a compreensão subjetivista apresenta um conjunto de esclarecimentos que melhor explicam os processos de construção dos territórios que vêm ocorrendo em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. Esses territórios são espaços construídos a partir de definições de diferença e identidade, que terminam por expressar a cultura delimitada pelos atores locais e que são compreendidas pelos atores de outras localidades.

Neste caso, poderiam estar sendo abordados dois tipos de negociação que perpassam a definição de identidade territorial e que as colocam em relação a outros atores: (i) a relação com outros territórios, formando-se um sentido de rede solidarística, que busca a construção de outro processo de globalização, que não implica em exclusão ou

subordinação, como será visto mais à frente; e (ii) a relação com os atores que demandam pelos saberes-fazer locais, que são a expressão cultural dos territórios. Os dois casos serão tratados mais à frente.

A definição dessas fronteiras requer, portanto, um amplo processo de negociação dos grupos ou comunidades, dentro dos limites que se constrói os territórios, e com outras comunidades exteriores ao território "formado". A construção das fronteiras demanda um reconhecimento de diferenças que, como foi visto, não são necessariamente permanentes, mas decorrem de uma compreensão de momento. Isso não quer dizer que o limite territorial de identidade impõe individualmente uma identidade monolítica. Na realidade, cada indivíduo, que participa em várias culturas, fabrica a sua identidade única, formando uma identidade sincrética (Cucho, 2001). A coletividade de seu território é que expressa limites de identidade que a diferenciam das demais. A identidade, portanto, pode ser multidimensional, mas não perde a sua unidade por isso, ou seja, a identidade individual segue sendo, para o indivíduo moderno, uma identidade com diferentes faces, de acordo com a situação em que se encontra.

2. O Território e a globalização.

É preciso, primeiramente, compreender o papel que cumpre o processo de territorialização no contexto da globalização. Para isso é necessária uma discussão sobre a própria globalização. Segundo Santos (2002), para haver um processo de globalização necessariamente tem que haver um de localização. Em suas palavras, a produção da globalização

"é o conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado produto, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais, desenvolvendo uma capacidade de designar como local outro produto, condição, entidade ou identidade".

Portanto, a globalização não seria nada mais que a globalização de um localismo, ou seja, algo que surge no local. Sua definição parte do princípio de que a globalização não se trata de um processo consensual, mas um campo intenso de conflitos, onde o campo hegemônico atua na base de um consenso, que lhe confere características dominantes. A partir disto, define a globalização como *"um fenômeno multifacetado com dimensões*

econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, interligadas de modo complexo". Sua compreensão do processo de globalização conduz ao entendimento de que o local acaba por ser integrado ao global pela exclusão ou pela inclusão subalterna.

Importante para a evolução conceitual deste artigo é ainda a apresentação de outros conceitos desenvolvidos por Santos. O primeiro deles se refere aos processos de globalização hegemônica e contra-hegemônica. No primeiro caso, pode-se observar uma maior homogeneidade e coerência interna, principalmente no que se refere à globalização econômica (globalização neoliberal). Suas principais características, apresentadas por Santos, são

"a prevalência do princípio do mercado sobre o princípio do Estado, a financeirização da economia mundial, a subordinação dos interesses do trabalho aos do capital, o protagonismo incondicional das empresas multinacionais, a recomposição territorial das economias e a conseqüente perda de peso dos espaços nacionais e dos Estados nacionais".

Essas características se relacionam ao nível local de forma diferenciada, que depende dos diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico, econômico, social e institucional com que se deparam. Isto explica a existência de vários capitalismos, que o autor diferencia como: (i) o mercantil, que tem o mercado como instituição central, que gira em torno dos Estados Unidos da América, e envolve a Inglaterra, Canadá, Nova Zelândia e Austrália; (ii) o mesocorporativo, liderado pelas grandes empresas, onde o Japão é o principal representante; (iii) o social democrático, baseado na concertação social entre os parceiros sociais, predominantemente encontrado nos países escandinavos, Áustria e Alemanha; e (iv) o estatal, onde se percebe uma ampla intervenção estatal, cujos destaques são a França, Espanha e Itália.

O predomínio, ou a hegemonia no campo econômico, do capitalismo mercantil, tem levado os países europeus a rever suas estratégias econômicas, sociais, culturais e políticas. A própria formação da União Européia vai nesse sentido, mas o relevante para esta análise é o esforço continental realizado através de políticas públicas, no sentido de fortalecer a ação coletiva de construção dos territórios na Europa. Muitos movimentos sociais procuram caracterizar essa ação como uma resposta dos Estados-nação europeus à construção de processos que Santos chama de globalização contra-hegemônica. Ela toma

força na região da própria origem do capitalismo que perde a sua hegemonia cultural e econômica para outros Estados, em particular os Estados Unidos.

Para Mander (1996), a globalização econômica não pode melhorar o nível de vida da maioria da população mundial, sendo este processo não sustentável. Como consequência disso, cria-se uma resistência, segundo Santos, baseada na promoção das economias locais e comunitárias. A reação contra a desterritorialização da economia e da cultura estaria fincada exatamente sobre a reterritorialização, "*a redescoberta do sentido de lugar e da comunidade*". A este conjunto de reações que surgem em todo o mundo, Santos denomina de um processo de localização, e que se constitui na globalização contra-hegemônica. Por outro lado, Santos afirma que "*o global acontece localmente*" e "*é preciso fazer com que o local contra-hegemônico também aconteça globalmente*". Sua conclusão é de que a pequena escala em si não é suficiente, sendo necessária a criação de relações e trocas de conhecimento entre as diferentes lutas sociais, formando alianças translocais, que se fortalecem mutuamente no seu conjunto.

Para seguir com este entendimento é necessário apresentar as formas de globalização, de acordo como apresentadas por Santos. Duas delas se referem ao processo de globalização hegemônica: o localismo globalizado, onde o fenômeno local é globalizado com sucesso, provocando uma exclusão ou inclusão subalterna como consequência; e o outro, o globalismo localizado, que é o impacto causado nas condições locais, produzido pelas práticas transnacionais decorrentes dos localismos globalizados.

Uma política de apoio à construção de territórios, cujo sentido seja a construção de um processo de globalização contra-hegemônico, tem como propósito buscar a consolidação de ações locais, ligadas entre si num movimento translocal, e que estabeleça uma luta contra a uniformidade. O próprio sentido de cultura implica na defesa do multiculturalismo, na medida que a cultura, em essência, promove resistência permanente à imposição de culturas como universais. A identidade do território está enraizada em sua cultura, com seus limites definidos pelas ligações e entendimentos comunitários.

O respeito, e mais do que isso, o fortalecimento dos territórios como ação coletiva da sociedade, fortalece sua identidade e cria algumas condições de não aceitação da globalização hegemônica. Isto, em realidade, viabiliza a formação de uma possibilidade

onde a globalização contra-hegemônica surge como um movimento solidário, em rede, que não provoca a supressão ou a subordinação de outras expressões culturais, ao contrário, as fortalece num sentido multicultural. Se essa supressão ou subordinação ocorrer, se desfaz o sentido solidário, de rede, e de movimento contra-hegemônico.

Hall (2002) considera que as sociedades modernas são altamente reflexivas e com alta capacidade de desalojamento do sistema social, provocando rupturas e fragmentações no seu interior. Em suas observações sobre as sociedades tradicionais afirma que elas veneram o passado e os símbolos são valorizados, perpetuando a experiência de gerações. Na construção territorial busca-se fortalecer os saberes-fazer locais, que se relacionam, muitas vezes, com processos e sistemas tradicionais de produção, que conferem especificidades aos produtos e serviços locais. Nesse sentido, há uma da valorização desses saberes-fazer como forma de fortalecimento de sua afirmação de identidades culturais, não significando contudo, num retorno a formas tradicionais de sociedade. Ao contrário, como afirma Scheren-Warren (1998),

“as articulações entre tradições culturais reavaliadas e as novas utopias de transformação permitiriam, assim, aos movimentos sociais trazerem novas significações aos processos civilizatórios”.

Algumas questões que são colocadas por Scheren-Warren como parte de uma agenda de pesquisa das ações coletivas são importantes para as repostas sobre a capacidade de construção de territórios e de sua contribuição para fortalecimento da multiculturalidade numa rede mundial, em busca da formação de uma cidadania planetária:

“como se articulam as tradições culturais com os novos ideários e utopias dos movimentos sociais e, em que medida, o resgate cultural se transforma em indignação mobilizadora de mudança?; em que medida as articulações sob a forma de redes revertem em possibilidades de hibridações culturais ou reafirmam sectarismos pré-existentes?; que tensões ocorrem entre os atores coletivos que buscam parcerias, mas que são expressões culturais de temporalidades históricas distintas e, em que medida, as ações coletivas sob a forma de redes desenvolvem mecanismos e idéias-força para supera-las?”

Portanto, se entende que o processo de territorialização poderá fortalecer o multiculturalismo e a resistência ao processo de globalização hegemônica. Isto ocorre na medida em que se construa o processo dentro de uma rede solidarística, fortalecendo os laços de relação entre as inúmeras iniciativas, não só territoriais, de fortalecimento da diversidade cultural. Ou seja, se considera que os processos de construção de territórios, como identidades ligadas a limites geográficos, possam integrar numa rede solidarística, relacionando tradição e novas expectativas dos movimentos sociais, fortalecendo os processos de mudanças mundiais.

No campo econômico, a construção desta solidariedade implica na formação de um mercado solidário, conquistado a partir da reconstrução coletiva da qualidade ética dessas relações, com um grande papel animador do Estado-nação (Sampaio e Flores, 2002). Neste sentido, resgata-se a importância do Estado-nação na formação de políticas públicas que conduzam a formação deste processo, e promovam a relação internacional capaz de fortalecê-lo. Isto só é possível quando se criam condições de se desconstruir o que Evans (1979), estudando o caso do Brasil, chamou de tripla aliança, formada pelas empresas multinacionais (base da globalização hegemônica), a elite capitalista local e a burguesia estatal. Essa aliança tem sido o fator essencial, de caráter interno, que impede uma ação transformadora do processo de desenvolvimento da sociedade nacional, baseada não no conceito de unidade cultural, preconizada desde o Estado-Novo do Presidente Getúlio Vargas, mas numa diversidade cultural que possa se expressar em todos os campos, inclusive no econômico.

3. Novas relações de comunicação entre atores sociais

A possibilidade da estratégia de construção de territórios como forma de criar limites geográficos, sócio-econômicos e culturais, que determinem uma identidade coletiva, que permita a valorização dos produtos do território a partir de sua própria identidade cultural, depende da construção de um processo de comunicação entre produtores e consumidores. É importante que essa comunicação possa transmitir, por um lado, a expressão do saber-fazer local, da cultura agregada ao produto, e as expectativas de consumo, por outro.

Para Contini e Sautier⁴,

“o fato de ser um produto regional com características originais permite definir localmente normas e regras de classificação quanto à origem e atributos. As estratégias de comercialização das empresas individuais (até pequenos produtores), da região como um todo e públicas, necessitam estar coordenadas. É importante que, como resultado, o consumidor perceba de forma clara a origem territorial do produto e alguma relação de proximidade espacial ou cultural”.

A forma de recepção do conteúdo simbólico da mensagem enviada torna-se importante para que as mensagens que estão contidas nos produtos sejam traduzidas em significados que tenham a ver com a expectativa de consumo do público com o qual os produtores estão se relacionando no mercado. De acordo com Thompson (1998), esta recepção está relacionada com o contexto sócio-histórico onde estão os receptores. Para que se realize esta relação construída entre produtores e consumidores, é necessário que a mensagem contida nos produtos, sua carga cultural expressa no saber-fazer ou seus compromissos com a sustentabilidade sócio-ambiental, seja decodificada de forma a que atenda as expectativas desses consumidores. Isto dependerá das habilidades, competências e conhecimento dos indivíduos (Thompson, 1998). Portanto, este relacionamento dependerá tanto da capacidade de codificar, pelos que produzem, como de decodificar, pelos que consomem, as mensagens contidas nos produtos colocados nesse mercado.

Em realidade, é no processo de decodificação da mensagem que desprende ou liberta o conteúdo simbólico, de acordo com Thompson. O estímulo ao imaginário do consumidor, ao se deparar com determinados produtos, estabelece com eles um conjunto de relações. Um caso mais extremo de percepção deste tipo de situação é a relação entre especialistas em vinhos e esse produto. A troca de observações a respeito do vinho que se degusta, demonstra uma clara profundidade de penetração do modo de produção, na cultura e no saber-fazer de uma comunidade de onde é originário o produto. Os franceses afirmam que se saboreia um produto primeiramente com a visão e o olfato, e somente depois, com o paladar. Acrescente-se a isto o imaginário das pessoas em relação ao produto que se está

⁴ Artigo publicado no jornal Correio Riograndense de Caxias do Sul (RS), no dia 15 de janeiro de 2003.

consumindo e à cultura local, e tem-se uma nova forma de relação entre produtores e consumidores.

Para o estabelecimento desta relação, o processo passa necessariamente pela utilização dos diferentes meios técnicos de comunicação. A capacidade que esses meios têm de imprimir um certo grau de distanciamento espaço-temporal, como propõe Thompson, permite a compreensão de que não é necessário que os produtores estejam próximos aos consumidores para que se estabeleça uma nova relação. Mas é importante que seja possível alcançar uma inteira decodificação das mensagens, com capacidade de compreensão de toda a extensão cultural que elas representam.

A maior compreensão desses valores deverá determinar uma valorização econômica do produto, onde a valorização cultural deverá ter expressiva participação no valor final. Mas novos valores como a questão ética na produção, referindo-se a fatores sociais e ambientais, se incorporam a demandas dos consumidores em várias partes do mundo. Em realidade, numa mudança nos valores dos consumidores está a essência da possibilidade de sucesso de uma estratégia de globalização contra-hegemônica que tenha entre seus elementos a dimensão da diferenciação territorial.

Do mesmo modo que os meios técnicos têm tido uma importante participação na difusão da ideologia proposta na globalização hegemônica, facilitando, através de sua capacidade espaço-temporal de levar mensagens à distância e a mantê-las no tempo, os meios técnicos têm tido um papel importante na construção da visibilidade dos movimentos sociais. Pode-se destacar os movimentos sociais ligados à defesa do meio ambiente, que ganharam, muitos deles, status multinacionais. Aqui, retorna-se a Santos (2002), que afirma que as lutas transnacionais pela proteção e desmercadorização de recursos, entidades, produtos e ambientes, considerados essenciais para a sobrevivência da humanidade, e cuja estabilidade só pode ser garantida à escala planetária, o que o autor chama de patrimônio comum da humanidade, é uma ação de globalização contra-hegemônica. E esse tipo de ação tem usado com imensa competência os meios técnicos de comunicação, levando informações além dos limites espaço-temporais determinados pela comunicação face a face.

Deste modo, as ações de luta pela globalização contra-hegemônica, inclusive as estratégias de reterritorialização ou de construção de territórios, podem também se servir destes meios técnicos de comunicação. Isto deveria ocorrer de forma a buscar estabelecer uma relação de linguagem, troca de conhecimentos, de valores, formando uma verdadeira rede de movimentos a favor da construção de um processo de fortalecimento multicultural e de solidariedade pela sustentabilidade planetária da humanidade. Na verdade, pressupõe-se a construção de um novo compromisso ético da comunicação entre os grupos e comunidades, inclusive entre produtores e consumidores.

4. As redes solidarísticas e os territórios

A formação do que Scherer-Warren (2002) chama de "*redes solidarísticas, que dizem respeito a suas múltiplas referências identitárias*", e que proporciona, segundo a autora, "*um continuado encontro do sujeito*", coloca as estratégias de construção de territórios no centro da articulação dos movimentos sociais para a formação dessa intersubjetividade coletiva. Pode-se utilizar aqui o sentido de solidariedade definido por Scherer-Warren (1999), como

"o princípio de responsabilidade individual e coletiva com o social e o bem-comum, cujas implicações práticas são a busca de cooperação e da complementaridade na ação coletiva e, portanto, para o trabalho em parceria".

Para Scheren-Warren (1998), o paradigma de rede se refere a um espaço analítico onde se busca o estudo sobre as relações sociais a partir de: (i) sua estruturação; (ii) de sua funcionalidade; e (iii) sua configuração territorial. Seus resultados dependem, em grande medida, da capacidade de relacionamento dentro de si mesma, da coesão entre os elementos que fazem parte e dos fluxos de informação. E as redes têm tido a capacidade de tornarem-se locais e globais, através da conexão do espaço mundial com os assuntos locais. Para Scheren-Warren (1999), os movimentos que buscam a construção de projetos civilizatórios democráticos, com compromissos com a multiculturalidade e a justiça social, se tornam expressivos quando têm os seguintes componentes entre suas orientações e bases de articulação:

“as culturas e a ética; o conhecimento reflexivo da ciência; as possibilidades políticas de transformação; e o compromisso com o coletivo e construção de uma estratégia pública democrática”.

O rompimento da solidariedade da(s) rede(s), por outro lado, como afirma Gadotti, citado por Scherer-Warren (1999), é uma possibilidade porque ela requer dos atores e movimentos sociais, abertura “á compreensão dos outros, baseada no respeito pela diversidade”. Para que a ação de construção de territórios não se transforma num processo de fortalecimento do local para este globalizar-se, é necessário que ele tenha o sentido de participação em rede solidarística. Portanto, trata-se da interligação entre os atores das diversas lutas de construções de identidades territoriais, e entre essas e outros movimentos sociais na busca de afirmação identitária e cultural. Esta formação de redes é que dá a possibilidade de se tratar os movimentos como uma luta pelo multiculturalismo. Como afirma Scherer-Warren, a criação de redes translocais entre alternativas locais é uma forma de globalização contra-hegemônica, na terminologia de Boaventura Santos, e é a partir daí que o pensamento crítico contribui para o desenvolvimento de uma solidariedade planetária e para a criação de estratégias emancipatórias.

Os movimentos em torno da construção de territórios têm tido como sentido colocar o sujeito, como define Alain Touraine (1997), como o centro de uma estratégia que vise buscar a sua libertação. Definir diferenciações, construir identidades, fortalecer o multiculturalismo, buscar oportunidades de mercado, libertar o sujeito, são elementos que existem e que definem as lutas dos movimentos sociais, e as ações concretas que se implantam na construção de territórios, e que buscam se contrapor ao processo de globalização hegemônica.

A construção de territórios como elemento de fortalecimento do multiculturalismo e da criação de um novo tipo de mercado, ganha expressão quando se faz dentro de um sentido de formação de redes solidarísticas, que envolvem não só o saber-fazer local e a identidade cultural, mas uma forma de relação solidária com o consumidor, enquanto consumidor-cidadão ou consumidor-solidário. Neste caso, fará sentido em se falar não só de afirmação cultural, mas do que isso representa em termos de afirmação econômica dos grupos envolvidos. No sentido da rede solidarística, em seu sentido amplo, pode-se falar

da construção de um processo de fortalecimento do poder da multiculturalidade como elemento fundamental de um processo democrático.

Muitos movimentos sociais que, por sua luta em defesa da construção de identidades territoriais, conquistaram o estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento desses territórios, possuem características que apontam para os componentes citados acima. Eles se referem às culturas e à ética, ao conhecimento reflexivo da ciência, às possibilidades políticas de transformação, e ao compromisso com o coletivo e a construção de uma estratégia pública democrática. Este tipo de movimento fortalece essa construção solidária.

No que se refere à cultura e a ética, sejam com expressões econômicas ou não, o fortalecimento dos saberes-fazer locais e sua interligação à sua cultura de forma mais ampla, o processo de construção dos territórios tem nesse elemento um componente estratégico e que se encontra em sua própria definição. Também vem promovendo uma recolocação da ciência e da tecnologia, seja através de suas prioridades ou de seus métodos de interação com o processo produtivo. A construção dos territórios propõe um desenvolvimento a partir do saber-fazer local, numa interação entre sociedade e organizações de pesquisa, entre o saber comunitário e o saber especializado. A questão de uma nova relação entre comunidades, ou sociedade civil, de forma mais ampla, e a ciência e tecnologia é um capítulo importante e inovador.

As últimas décadas foram marcadas por uma avalanche incontrolável da modernização científica marcada pela inovação a partir de valores e prioridades externas aos métodos tradicionais de produção. Isto foi muito evidente em vários setores e muito acentuadamente na agricultura. Nesse campo, a chamada "revolução verde" trouxe grandes aumentos de produção e produtividade, com uma alta padronização na produção, mas uma forte eliminação de práticas tradicionais e do aumento exponencial de risco para o consumidor e para o meio ambiente.

Retomar valores presentes nos saberes-fazer das comunidades também tem resgatado novas demandas que incorporam a preocupação com a qualidade do produto e do processo de produção. Isso, sem dúvida, está requerendo novas prioridades e novas metodologias de trabalho das organizações de ciência e tecnologia. Muitas dessas

demandas não se pautam mais apenas nas demandas dos produtores, mas numa relação entre processo produtivo e consumidores, formando uma aliança importante na transformação da forma de produção.

Por outro lado, as estratégias também buscam a transformação das relações entre as comunidades e entre essas e a sociedade de modo geral, seja como consumidores de produtos ou serviços locais. Em seu escopo encontra-se a mudança de estratégias de políticas públicas, que necessariamente teriam que ser estabelecidas com intensa participação comunitária e com a criação de novos mecanismos democráticos para a interação dos diferentes atores sociais envolvidos na construção e no desenvolvimento territorial.

A construção de territórios, no sentido em que é apresentada neste texto, representa o resultado de amplas ações de movimentos sociais, no sentido que Scheren-Warren (1999) chama de "*projetos civilizatórios democráticos*", com intensidade de diferenciação e identidade cultural. Significam o estabelecimento de novas formas de relação entre comunidades (e seus territórios) e a sociedade civil, e entre as comunidades e o Estado, seja através de suas políticas públicas de desenvolvimento, seja através de uma nova forma de relações de demandas para o setor de ciência e tecnologia. Suas características apontam para a sua participação em redes solidarísticas, com uma forte contribuição para a construção de uma cidadania planetária.

5. Reconstrução do Estado e da cultura nacional

O papel do Estado passa, dentro deste contexto, a ter uma profunda necessidade de revisão. Em artigo publicado no Jornal "o Estado de São Paulo" (de 25 de janeiro de 2003)⁵, com o título "Um outro mercado é possível?", Flores e Sampaio abordam a necessidade de um Estado que, para apoiar a construção de um mercado subordinado aos interesses do bem-estar coletivo e do desenvolvimento humano e ambiental, há que ser fortalecido como estimulador e regulador da construção social. De acordo com o artigo, os autores propõem que o

⁵ Artigo publicado na segunda página do Jornal "O Estado de São Paulo", por ocasião da realização do III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre/RS, no ano de 2002.

“...Estado proporcione a formação de territórios baseados na identidade coletiva, que contemple uma convergência de expectativas de desenvolvimento articulado com novos mercados e que promova uma forte integração econômica e social, ao nível local”.

Portanto, entende-se que a cooperação passa a ser estratégica, em substituição ao estímulo à competitividade individualizada e à massificação, elementos importantes no processo de globalização hegemônica do capitalismo mercantil. O mesmo vale para o fortalecimento do comércio ético e solidário como construção alternativa à lógica de mercado hegemônica.

De acordo com Stuart Hall (2000), as culturas nacionais deveriam ser pensadas como *"constituindo um dispositivo que representa a diferença como unidade ou identidade"*. *Suas diferenças seriam unificadas "através de diferentes formas de poder cultural"*. O fortalecimento das identidades de territórios pode se constituir num elemento importante da afirmação dessas diferenças e da constituição de uma identidade nacional formada pelo seu conjunto. Seu fortalecimento poderia proporcionar a formação de uma estratégia consistente de contraposição à globalização hegemônica, inclusive quanto à formação da "identidade nacional", pelo fortalecimento das ações que ampliam as bases da solidificação da multiculturalidade.

As culturas nacionais, segundo Hall, são uma das principais fontes de identidade cultural, onde as diferenças regionais e étnicas foram sendo subordinadas à identidade do Estado-nação, com a construção da identidade nacional a partir de sentidos sobre a nação, composta de instituições culturais nacionais, símbolos e representações. A formação dessa cultura nacional ocorre pela força, de acordo com Hall, unificando diferentes culturas pelo poder cultural. Ou seja, quem tem o poder e a hegemonia, tem a capacidade de definir e determinar a identidade. A imposição cultural de um grupo sobre diferentes culturas de outros grupos é, portanto, uma questão de poder exercido pelos grupos hegemônicos, apoiados na ação de coerção do Estado-nação.

Hall (2000) procurou demonstrar que as identidades nacionais são formadas no interior da "representação", através da representação cultural. As diferenças culturais presentes numa nação foram colocadas de forma subordinada ao que as classes hegemônicas

definiram como identidade cultural, mantendo instituições culturais nacionais. Por sua vez, o processo de globalização vem “deslocando”⁶ as identidades nacionais, através da penetração de culturas hegemônicas, que provocam interação com as culturas locais, e acabam por produzir efeitos específicos em cada região. Mas, de todos os modos, a ação das culturas hegemônicas provoca importantes “deslocamentos” na identidade cultural nacional.

Para Wallerstein, citado por Hall (2000), há uma grande ambigüidade no nacionalismo do mundo moderno, onde está conjuntamente presente o desejo por assimilação no universal e a adesão ao particular. Ou seja, a própria reconstrução das diferenças e das identidades. Como afirma Wallerstein, *“trata-se de um universalismo através do particularismo e de um particularismo através do universalismo”*. Sua compreensão é de que as nações modernas devem restabelecer a diferença como unidade e não como uma cultura unificada, o que Hall chama de híbridos culturais. A identidade nacional com as características de hibridação, envolve os diferentes grupos raciais, étnicos ou outras formas de diferenciação, presentes no espaço geográfico definido para o país. E como afirma Silva (2000), o resultado da própria interação entre as “identidades originais” não é mais integralmente nenhuma delas, apesar de manter seus traços.

As novas nações deveriam estar simbolizadas pela própria multiculturalidade presente em todo o seu espaço geográfico, e podem ser estimuladas por diversas estratégias, entre elas o fortalecimento de uma política de construção e fortalecimento de territórios. Essa seria um grande desafio, relacionado ao próprio jogo de poder, como foi visto anteriormente, que é acrescentado pela sociedade contemporânea aos desafios existentes. Como questiona Touraine (1997),

“da mesma maneira que a defesa da liberdade estimulou o levantamento do Terceiro Estado contra o rei e os privilégios, e que a chamada da justiça social se encarnou na luta dos trabalhadores contra a exploração no trabalho, não vemos hoje o Sujeito combater a exclusão e a privação da identidade?”.

⁶ O termo usado é apresentado por Ernest Laclau, citado por Hall (2000), que afirma que “uma estrutura deslocada é aquela cujo centro é deslocado, não sendo substituído por outro, mas por uma pluralidade de

Por outro lado, Silva (2000) alerta que, ao se defender a multiculturalidade como expressão cultural de uma nação, basear-se num sentimento de tolerância ou respeito com a diversidade e a diferença não seria uma estratégia adequada de multiculturalidade, porque ela, em essência, coloca uma relação de superioridade cultural entre os que “permitem” a existência de diversas culturas e aquela que lhes é própria. Estes sentimentos em relação à diversidade cultural, segundo o autor, *“impedem que se veja a identidade e a diferença como processos de produção social, que envolvem relações de poder, não apenas de diálogo, consenso ou comunicação”*.

Compreender, portanto, a multiculturalidade como o conjunto de expressões da cultura nacional significa superar a dicotomia freqüentemente presente entre o dominante tolerante e o dominado tolerado, e entre a identidade hegemônica benevolente e a identidade subalterna respeitada. Segundo esse autor, seria necessário um amplo esforço pedagógico, desde a formação educacional mais básica sobre o processo de produção da diferença e da identidade. Sua compreensão seria importante para a superação do processo de simples tolerância ou respeito pelas demais culturais que, em si, coloca uma relação de superioridade cultural.

Os Estados-nação se encontram diante de forte pressão por sua transformação, seja pressionado pelas políticas neoliberais, seja por movimentos da sociedade civil no sentido de torná-lo mais democrático e capaz de construir políticas públicas de apoio às diferenças identitárias e de justiça social. As políticas públicas que vêm sendo construídas em países desenvolvidos, voltados para o fortalecimento de identidades territoriais, estão contribuindo para o avanço da segunda alternativa, favorecendo a expressão multicultural existente dentro dos Estados-nação. Essa estratégia política, de construção de territórios, deve estabelecer condições adicionais importantes para avançar no sentido do que Hall chamou de diferença como unidade ou identidade. Um conjunto amplo de territórios, com suas identidades e diferenças definidas, em conjunto com outras formas de expressão de identidades culturais, podem formar a nova estrutura de identidade sincrética da cultura nacional.

centros de poder”.

⁷ Tradução do autor.

6. Alguns comentários finais

A construção de territórios, entendida como a delimitação de identidades coletivas com bases geográficas vem sendo implantada em diversos países do mundo. Esse processo é resultante de fortes mobilizações realizadas por movimentos sociais que tiveram, e tem tido, uma grande preocupação no fortalecimento da multiculturalidade tendo como importância fundamental a valorização do saber-fazer local. Como resultado de amplas negociações, muitos países vêm implantando políticas públicas voltadas para apoiar esse processo de construção de identidades territoriais, bem como criando normas que o fortaleçam.

No entanto, este processo somente pode se apresentar como uma estratégia de fortalecimento do multiculturalismo na medida em que os territórios não busquem reproduzir os processos de globalização hegemônica, mas de participar de redes solidarísticas, com amplo sentido democrático, destinado a apoiar a construção de uma cidadania planetária. Isso não significa que a formação da identidade territorial esteja desprovida de conflitos e de disputas de poder, fatos inerentes à definição identitária, mas estes são definidos de modo negociado, como resposta aos próprios movimentos sociais. A formação de políticas públicas precisa ser, necessariamente, baseada nas mobilizações comunitárias, na intensa participação democrática, e devem ter como objetivo facilitar a ação da construção social do território.

Na rede de relações dos territórios é particularmente importante a conexão destes com consumidores de produtos e serviços, com o estabelecimento de diálogos onde possam ser identificadas as mensagens contidas nos saberes-fazer das comunidades e nas expectativas dos consumidores. Esses diálogos ético e solidário são fundamentais para o próprio enfrentamento dos mecanismos de massificação impostos pelas culturas hegemônicas, subordinando ou eliminando outras culturas. Mesmo que se compreenda que não há uma absorção dessa imposição de forma única, ou seja, que cada cultura local interage com esse processo de massificação de uma forma diferente, a imposição existe e provoca profundas transformações na cultura local.

Os processos de construção de territórios surgem com uma força elevada nos países ocidentais da Europa, transformando-se, inclusive, em política pública da União Européia.

Esse fato deve estar relacionado com a crescente ação do capitalismo mercantil, liderado pelos Estados Unidos, que pressiona por transformar as culturas européias, de forte tradição expansionista, em localismos diante da globalização da economia americana.

No Brasil já surgem as primeiras ações de construção de territórios, como forma de procurar estabelecer uma diferenciação cultural de comunidades, principalmente com a finalidade buscar oportunidades de mercado para seus produtos e serviços. Após algumas iniciativas da sociedade civil, organizações do estado, ou para-estatais, iniciam ações no sentido de apoiar essas construções. No entanto, não está claro se o Estado brasileiro, com sua tradição autoritária, não procurará estabelecer políticas que inibam o protagonismo dos atores sociais, descaracterizando o processo como construção social.

A falta de tradição democrática, apesar da forte expansão dos movimentos sociais no país nas últimas décadas, e, no sentido contrário, uma forte tradição de um Estado inibidor das ações da sociedade civil, colocam dúvidas sobre a possibilidade concreta de que os processos de construção de territórios se consolidem no Brasil como uma estratégia de valorização multicultural, de democratização e de apoio para o alcance de maior justiça social. A resposta à essa dúvida deverá ser buscada a partir de resultados alcançados pelos primeiros esforços que vêm sendo produzidos com esse propósito.

Por fim, a cultura nacional, que historicamente no Brasil tentou ser unificada com a subordinação ou exclusão de diversas expressões culturais, pode ser definitivamente reconstruída a partir do fortalecimento da diversidade cultural, onde os territórios são importantes componentes de afirmação identitária de comunidades. Essa nova imagem nacional pode fortalecer os grupos e as comunidades, além de construir uma imagem de nação multicultural que se apresente ao mundo de forma a criar laços solidarísticos importantes dentro das redes criadas, no apoio à construção de uma cidadania planetária.

7. Bibliografia

CUCHE, D. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Cap VI: Cultura e identidade, pp.123-139. Fim de Século. Lisboa. 2001.

EVANS, P. **Dependent Development: the alliance of multinational, State, and local capital in Brazil**. Princeton: Princeton University Press. 1979.

FLORES, M, MORENO, A, SAMPAIO, F. **Agricultura Familiar e a Sustentabilidade do desenvolvimento Rural no Brasil 2003**. A ser publicado pelo IICA.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Guaracira Lopes Louro, pp 7-65, 2002.

MANDER, J. Facting the Tide. In: **The case against the global economy**. San Francisco: Sierra Club Books, pp 3-19, 1996.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. In: Sabourin e Teixeira (org) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. DF: Embrapa, p. 21/37, 2002.

SAMPAIO, F. e FLORES, M. Comércio Ético e Solidário e a agricultura familiar brasileira: um outro mercado é possível?. In: França, C.L. (org). **Comércio Ético e Solidário**. Fundação Friedrich Ebert/ILDES. 2002.

SANTOS, B (org). **A globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, pp 25-102, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Ações coletivas na sociedade contemporânea e o paradigma das redes. In: **Sociedade e Estado**. Volume XIII, Número 1: EDUNB, pp 55-70. 1998.

SCHERER-WARREN, I. Redes e sociedade civil global. In: ONGs e Universidades – **Desafios para a cooperação na América Latina**: Peirópolis, pp. 63-92, 2002.

SILVA, T.T. (org). Identidade e diferença. In: **A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, cap. 2: pp 73-102, 2000.

TEÓFILO, E. et al. **Políticas e instrumentos para fomentar os mercados de terra: lições aprendidas**. 2002.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes. 1998.

TOURAINÉ, A. Los movimientos sociales. In: **Podremos vivir juntos?** Buenos Aires: FCE, cap. III, pp 99-133. 1997.

TONNEAU, J.P. Articulação entre as escolas territoriais e conseqüências sobre o planejamento rural. In: Sabourin e Teixeira (org) **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. DF: Embrapa, p. 219/232, 2002.